

Quadro 2. Resultados obtidos pelos estudos brasileiros atualmente disponíveis que procuram analisar os resultados obtidos pela Lei do Bem.

Estudo	Objetivo	Variável de performance	Método	Resultados	Período analisado	Número de empresas analisadas	Observações
Kaveski, Lopes & Beuren (2020)	Analisar os efeitos do incentivo sobre o desempenho das empresas	Retorno sobre o capital (ROCE), retorno sobre ativos (ROA) e retorno sobre o patrimônio (ROE)	Regressão logística. Variável dependente: utilização dos incentivos	Correlação positiva entre indicadores de performance financeira e utilização da lei do bem (variável dependente no modelo). Indica que firmas com melhor performance são mais propensas a utilizarem os incentivos, mas não que os incentivos melhoram a performance.	2006 a 2014	494 empresas listadas na Bolsa de SP (Brasil Balcão)	Os modelos não explicam os efeitos do incentivo sobre a performance, mas os efeitos dos indicadores de performance sobre o uso do incentivo. Apenas indica correlação positiva.
Santos et al. (2020)	Impacto da lei do bem sobre a probabilidade de inovar das grandes empresas	Inovação de produto e processo	Modelos probabilísticos (Logit)	Empresas beneficiárias têm maior probabilidade de inovar em produtos, mas esse impacto se restringiu aos setores de média-alta intensidade tecnológica. A lei teve efeitos positivos na inovação em processos de empresas em setores de menor intensidade tecnológica	2010 a 2016	Cerca de 1.500 empresas com mais de 500 funcionários	Não observa impacto sobre o investimento em P&D e analisa apenas grandes empresas.
Da Silva and Ruffoni (2020)	Como as empresas avaliam os incentivos fiscais	Decisão de inovar e importância dos incentivos	Entrevistas qualitativas	A Lei não influencia a decisão em realizar P&D mas tem efeitos no volume de investimento, segundo as entrevistas	2006 a 2012	38 empresas do RS	Estudo qualitativo. Não avalia a efetividade da política, mas a percepção das empresas sobre ela.
Porto & Memória (2019)	Analisar as relações entre os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e os resultados da inovação em empresas beneficiárias dos incentivos da Lei do Bem.	Inovação em produtos e processos	Regressão logística. Variável dependente: inovação em produtos e processos	Entre as empresas beneficiárias, os investimentos em P&D, em recursos humanos e o tamanho da empresa influenciam a probabilidade de inovar em produtos e processos.	2009 a 2013	1.978 Empresas beneficiárias da Lei do bem	Não analisa a eficácia da Lei do Bem. Apenas mostra efeitos positivos dos investimentos em P&D sobre a inovação, o que seria esperado em outros grupos de empresas também.
Gama & Cruz (2018)	Investigar se os incentivos alteraram a composição do investimento em inovação das empresas, a contratação de pessoal qualificado, bem como os resultados do investimento.	Investimentos em atividades inovativas; número de pesquisadores e tipo de inovação (produto ou processo)	Propensity score matching com diferença-em-diferenças e estimação do efeito médio do tratamento (ATE)	Os incentivos fiscais ampliaram os investimentos em P&D das empresas beneficiárias em aproximadamente R\$ 1 milhão. Esse aumento se deu concomitantemente a uma redução no investimento em outras atividades inovativas, tais como aquisição de conhecimentos externos. Não foram identificados efeitos sobre o número de pesquisadores nem sobre o tipo de inovação.	2008 a 2011	Aproximadamente 6 mil empresas que investiram em P&D em 2008 e 260 empresas que receberam os incentivos naquele ano.	Padrão ouro de avaliação de políticas, com controle de viés de seleção. Contudo, não avalia a efetividade da política, mas seus efeitos na composição do investimento.
Rocha e Rauen (2018)	Impacto dos incentivos fiscais sobre os investimentos em P&D	P&D/PIB	Grupo de tratamento sintético baseado em dados agregados	A ampliação do volume de incentivos fiscais no Brasil no período (especialmente lei de informática e incentivos ao setor automotivo) não gerou aumento dos investimentos em P&D.	2010 a 2015	Não utiliza informações individuais de empresas	Estudo agregado. Avalia todos os incentivos fiscais (não apenas lei do bem), sendo que a lei de informática deve ser preponderante no resultado, pois foi a que mais cresceu, junto com incentivos ao setor automotivo
Zucoloto et al. (2017)	Avaliar o impacto dos incentivos fiscais sobre os investimentos em P&D e sobre a produtividade das empresas	P&D/receita das empresas beneficiárias e produtividade total dos fatores (PTF)	Propensity score matching com efeitos fixos	A lei do bem aumentou em 17% os investimentos privados em P&D das empresas beneficiárias como proporção da receita. Efeitos positivos sobre a produtividade das empresas beneficiárias.	2006 a 2013	Aproximadamente 1.100 empresas beneficiárias da lei do Bem	Padrão-ouro da avaliação de impactos. Obteve impactos menores do que o observado anteriormente na literatura. Sugere uma perda de eficácia da lei derivada do aumento da base de beneficiárias
Araújo, Rauen, and Zucoloto (2016)	Estimar a queda nos investimentos privados em P&D derivada de uma eventual extinção da Lei do Bem	Investimento empresarial em P&D – dados agregados	Aplicação da adicionalidade prevista em Kannebley e Porto (2012) ao percentual da P&D investido pelas beneficiárias	O investimento sob a Lei do Bem representa 36,1% do P&D empresarial. Dado que a lei aumenta em 11% o investimento em P&D, a extinção da lei significaria uma queda de R\$ 1 bilhão no P&D empresarial.	2016	Dados agregados de investimento em P&D	Não fez estimativa nova sobre o impacto da lei, mas aplicou as estimativas da literatura sobre o valor agregado do investimento em P&D
Kannebley Júnior, Shimada, and De Negri (2016)	Efeitos da lei sobre os investimentos em P&D das beneficiárias	Investimento em P&D e pessoal técnico científico ocupado em P&D	PSM	Acréscimo de 43% a 81% nos dispêndios em P&D e de 9% a 10% para pessoal técnico científico ligado à P&D (PoTec)	2006 a 2008	Mais de 6 mil empresas beneficiárias no período considerado	Padrão-ouro em avaliação de políticas
Rocha, F (2015)	Estima o efeito do suporte governamental no investimento empresarial em P&D	Investimento em P&D/ receita das empresas beneficiárias das políticas públicas	Criação de um grupo de tratamento com as mesmas firmas em períodos distintos + OLS	Não encontrou evidências de efeitos positivos do apoio público sobre os investimentos em P&D	2005 e 2008	243 firmas que receberam apoio do governo em 2005 ou 2008	Analisa o suporte governamental como um todo (crédito, subvenção, incentivos fiscais etc)
Kannebley Jr and Porto (2012)	Avaliar o impacto dos incentivos fiscais (Lei do Bem e Lei de Informática) sobre os investimentos em P&D das empresas beneficiárias	Pessoal técnico científico ocupado em P&D (PoTec)	OLS e Tobit com efeitos fixos	Aumento médio entre 7% a 11% de no pessoal técnico e científico ligado à P&D	2006 a 2010	1059 empresas beneficiárias da Lei do Bem	Não observa o investimento em P&D diretamente, mas sim uma proxy desse investimento que é o pessoal qualificado na empresa
Calzolaio and Dathein (2012)	Analisa se a Lei do Bem aumentou as atividades inovativas das empresas beneficiadas	Taxa de inovação na economia, investimento em P&D, patenteamento e pessoal ocupado em P&D	Estudo de evento (comparação antes e depois da implementação da lei)	Observa crescimento em todas as variáveis depois da promulgação da Lei do Bem	2005 (antes da Lei do Bem) e 2008 (depois da promulgação da lei)	Não explicita o número de empresas	Só usa dados agregados. Não trata o viés de seleção (não cria grupos de controle). Não é adequado ao que se propõe (avaliar a lei).

Fonte: elaboração própria